

**5 - As pessoas jurídicas enquadradas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - SIMPLES, instituído pela Lei Federal n.º 9.317, de 5 de dezembro de 1996, devem efetuar a inscrição no cadastro?**

Consulte a resposta n.º 1.

**6 - O que ocorre caso o prestador de serviços, obrigado à inscrição no cadastro, não o fizer?**

Caso o prestador de serviços, obrigado à inscrição no cadastro, não o fizer, o contratante do serviço deverá reter na fonte e recolher o ISS ao Município de São Paulo, na conformidade da legislação vigente.

**7 - A partir de qual data a inscrição no cadastro será considerada regular?**

Em caso de deferimento da inscrição, o cadastro será considerado regular a partir da data de transmissão do “Requerimento de Inscrição - Pessoa Jurídica de Outro Município”. Uma vez deferida a inscrição, somente as notas fiscais emitidas com data igual ou posterior à data de transmissão do requerimento de inscrição não sofrerão a retenção na fonte e o pagamento do ISS.

**8 - Qual é o prazo de validade do cadastro?**

Uma vez deferida a inscrição, o cadastro terá prazo de validade indeterminado. A Secretaria

Municipal de Finanças, no entanto, poderá cancelar o cadastro de ofício a qualquer tempo.

**9 - Quem está obrigado a efetuar a consulta ao cadastro?**

As pessoas jurídicas estabelecidas no Município de São Paulo, ainda que imunes ou isentas, que contratarem os serviços previstos na tabela anexa ao Decreto n.º 46.598, de 4 de novembro de 2005, executados por prestadores de serviços que emitam nota fiscal autorizada por outro Município.

**10 - A partir de qual data o contratante do serviço deverá efetuar a consulta ao cadastro para verificar a situação da inscrição do prestador?**